



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF  
Assessoria Jurídica da Presidência – PR/AJ

Brasília-DF, 10 de outubro de 2024.

## PARECER JURÍDICO PR/AJ/LSL 877/2024

**Processo:** 59500.002326/2024-69-e

**Assunto:** Aplicação de penalidade. Inidoneidade. Entendimento do TCU. Aplicabilidade no âmbito da CODEVASF

Senhora Chefe da PR/AJ/UAA,

### I. RELATÓRIO

1. Trata-se de análise jurídica solicitada pela Unidade Especial de Gestão de Contratos – PR/SLC/UGC por meio do Despacho 48/2024 (peça 84), acerca da aplicabilidade conteúdo do Acórdão 1997/2024-TCU-Plenário (peça 82), o qual declara a inidoneidade da empresa LIUGONG LATIN AMERICA MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA. para licitar, por 5 (cinco) anos, com a Administração Pública Federal, nos termos do art. 46 da Lei 8.443/1992, em razão da participação da empresa na licitação do Edital Pregão Eletrônico 90018/2024 no âmbito desta Companhia.

2. Eis o teor do Despacho:

Na condição de Pregoeiro do Edital 90018/2024 – UASG 195006, solicito encaminhamento à Assessoria Jurídica da Codevasf para, por obséquio, análise e emissão de parecer jurídico acerca do tema esclarecido abaixo.

O Edital 90018/2024 está em fase de julgamento/habilitação, a depender do item. Informo que, ao ter conhecimento do conteúdo do ACÓRDÃO Nº 1997/2024 – TCU – Plenário (peça nº 82), o qual o declara a inidoneidade da empresa Liugong Latin America Máquinas para Construção Pesada Ltda., para licitar, por 5 (cinco) anos, com a Administração Pública Federal, nos termos do art. 46 da Lei 8.443/1992, foi registrada a desclassificação/inabilitação da proposta da empresa para os itens 3, 6, 7 e 10 do presente certame. Nesse contexto, a referida empresa encaminhou argumentos por e-mail (peça nº 83).

Sendo assim, dada a relevância do tema e visando a correteza do julgamento do certame, indago se o procedimento de desclassificação/inabilitação da proposta da empresa para os referidos itens está correto, dado que a licitante argumentou no e-mail que, cito: “tal decisão em questão não transitou em julgado e é plenamente passível de recurso, o que ocorrerá, inclusive com efeito suspensivo automático garantido pelo Regimento Interno do próprio Tribunal de Contas da União.”

Por fim, informo que o certame segue em andamento.

3. Do Relatório do Acórdão 1997/2024-TCU-Plenário, consta que a empresa



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF  
Assessoria Jurídica da Presidência – PR/AJ

LIUGONG LATIN AMERICA MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA. foi acusada, mediante representação de outra licitante, de praticar fraude à licitação no âmbito do Pregão Eletrônico SRP 14/2023 conduzido pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – Dnocs, consubstanciada na apresentação de declaração com conteúdo falso.

4. O Relator do referido Acórdão, Ministro Walton Alencar Rodrigues, em seu voto condutor, acompanhou a proposta da unidade instrutiva, por considerar “*gravíssima a conclusão advinda da diligência promovida pelo Dnocs de que a declaração de rede de assistência técnica, de autoria da empresa Liugong, indicasse a existência de rede de assistência em nove Estados distintos, sendo que a investigação demonstrou que essa informação era falsa para três dessas localidades*”.

5. Assim, e diante dos fatos constatados, o TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU proferiu, por meio do Acórdão 1997/2024-TCU-Plenário, a seguinte decisão, em 25/09/2024:

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela XCMG Brasil Indústria Ltda. acerca de possível fraude em licitação praticada pela empresa Liugong Latin America Máquinas para Construção Pesada Ltda., por meio da apresentação de declaração falsa no Pregão Eletrônico SRP 14/2023, realizado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, para aquisição de retroescavadeiras hidráulicas;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da representação para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. rejeitar a defesa da empresa Liugong Latin America Máquinas para Construção Pesada Ltda.;

**9.3. declarar a inidoneidade da empresa Liugong Latin America Máquinas para Construção Pesada Ltda., para licitar, por 5 (cinco) anos, com a Administração Pública Federal, nos termos do art. 46 da Lei 8.443/1992;**

9.4. dar ciência deste Acórdão ao responsável e interessados; e

9.5. arquivar os presentes autos.

(Destacamos).

6. Por sua vez, no âmbito da CODEVASF, está em curso o Pregão Eletrônico SRP 90018/2024 (vide Edital à peça 65), que tem por objeto o fornecimento, transporte, carga e descarga de Escavadeiras Hidráulicas, destinados ao atendimento de diversos municípios na área de atuação da CODEVASF nos Estados do Amapá, Pará, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Tocantins, Goiás, Minas Gerais e Distrito Federal, distribuídos em 10 (dez)



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF  
Assessoria Jurídica da Presidência – PR/AJ

itens, conforme descrito no Anexo I do Termo de Referência, com valor global estimado em R\$ 82.081.114,62 (oitenta e dois milhões e oitenta e um mil e cento e quatorze reais e sessenta e dois centavos), a preços de junho de 2024.

7. A empresa LIUGONG LATIN AMERICA MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA. é uma das licitantes que participam do Pregão Eletrônico SRP 90018/2024 da CODEVASF e, por isso, o Pregoeiro do referido certame, na fase de julgamento/habilitação do certame, ao tomar conhecimento da penalidade aplicada à empresa pelo TCU, promoveu a inabilitação da licitante e sua consequente desclassificação da disputa.

8. Por e-mail (peça 83), a licitante sustenta, nos termos abaixo:

[...] que tal decisão [do TCU] em questão NÃO TRANSITOU EM JULGADO e é plenamente passível de recurso, o que ocorrerá, inclusive com efeito suspensivo automático garantido pelo Regimento Interno do próprio Tribunal de Contas da União.

A inabilitação aplicada neste certame, portanto, é precipitada, desmedida e carece de motivação legal adequada.

Outrossim, ocorre um flagrante cerceamento do nosso direito à ampla defesa, visto que a comunicação via chat do sistema foi abruptamente encerrada, sem qualquer aviso prévio ou justificativa, nos impedindo de realizar os devidos esclarecimentos em tempo hábil. Tal atitude fere gravemente os princípios constitucionais que regem os processos licitatórios, especialmente no que tange à transparência e ao contraditório.

9. Ao final, pugna a licitante pela revisão de sua inabilitação.

10. É o Relatório.

## II. ANÁLISE JURÍDICA

11. De acordo com o disposto no art. 46 da Lei 8.443/1992, que institui a Lei Orgânica do TCU, “*verificada a ocorrência de fraude comprovada à licitação, o Tribunal declarará a inidoneidade do licitante fraudador para participar, por até cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal*”<sup>1</sup>.

12. Denota-se, a partir de simples leitura do dispositivo legal, que sua aplicação abrange a Administração Pública Federal Direta e Indireta, tendo em vista a generalidade da expressão “*Administração Pública Federal*”.

13. Em complemento, destaco que a CODEVASF, enquanto empresa pública federal dependente, possui seus recursos diretamente vinculados ao orçamento da União, nos termos do

<sup>1</sup> Art. 46. Verificada a ocorrência de fraude comprovada à licitação, o Tribunal declarará a inidoneidade do licitante fraudador para participar, por até cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF  
Assessoria Jurídica da Presidência – PR/AJ

art. 1º, §3º, I, “b”, c/c art. 2º, III, todos da LC 101/2000<sup>2</sup>, o que reforça a incidência da decisão da Corte de Contas Federal no âmbito desta empresa pública federal dependente.

14. Sendo assim, não resta dúvida quanto à aplicabilidade da sanção do TCU no âmbito da CODEVASF, tendo em vista que esta Companhia é parte da Administração Pública Federal Indireta, nos termos do art. 4º, II, “b” do Decreto-Lei 200/1967<sup>3</sup>.

15. No que se refere ao alegado pela licitante, de que a “*questão NÃO TRANSITOUEM JULGADO e é plenamente passível de recurso, o que ocorrerá, inclusive com efeito suspensivo automático garantido pelo Regimento Interno do próprio Tribunal de Contas da União*”, informamos que, nos termos do item 9.5 do Acórdão 1997-TCU-Plenário, uma vez tomada a decisão por aquele Colegiado, rejeitando a defesa apresentada pela representada, devem os autos do processo TC 000.157/2024-4 serem arquivados, com fundamento no art. 169, II, do Regimento Interno do TCU<sup>4</sup>.

16. Neste sentido, inclusive, consta do processo TC 000.157/2024-4 ofício daquele Tribunal de Contas dirigido à penalizada (peça 49) com a notificação da decisão, assim como ofício da penalizada (peça 52) manifestando ciência acerca da decisão proferida.

---

2 Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.

[...]

§ 3º Nas referências:

I - à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estão compreendidos:

[...]

b) as respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes;

[...]

Art. 2º Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:

[...]

III - empresa estatal dependente: empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária;

3 Art. 4º A Administração Federal compreende:

I - A Administração Direta, que se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios.

II - A Administração Indireta, que compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria:

a) Autarquias;

b) Empresas Públicas;

c) Sociedades de Economia Mista.

d) fundações públicas.

Parágrafo único. As entidades compreendidas na Administração Indireta vinculam-se ao Ministério em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade.

4 Art. 169. O processo será encerrado no sistema informatizado de controle de processos, mediante despacho do dirigente da unidade técnica, nas seguintes situações:

[...]

II – quando houver decisão do relator, de colegiado ou da Presidência pelo seu encerramento, após efetuadas as comunicações determinadas e expirados os prazos dos recursos cabíveis dotados de efeito suspensivo;



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF  
Assessoria Jurídica da Presidência – PR/AJ

17. Dessa forma, *s.m.j.*, e tendo em vista que da decisão proferida no âmbito do Acórdão 1997-TCU-Plenário não cabe mais defesa/recurso, deve a decisão proferida pelo TCU ser integralmente aplicada no âmbito desta Companhia, nos termos dos argumentos já expostos acima, de modo que a inabilitação da licitante, no presente caso, é medida de estrito cumprimento legal.

### III. CONCLUSÃO

18. Ante o exposto, opina-se pela imediata aplicação, no âmbito da CODEVASF, do conteúdo do Acórdão 1997/2024-TCU-Plenário (peça 82), o qual declara a inidoneidade da empresa LIUGONG LATIN AMERICA MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA. para licitar, por 5 (cinco) anos, com a Administração Pública Federal, com fundamento no art. 46 da Lei 8.443/1992.

19. É o Parecer que submeto à consideração superior.

**Leandro da Silva Lima**  
Assessor Jurídico  
PR/AJ/UAA

Encontro-me de acordo com o Parecer supra por seus próprios fundamentos.  
À consideração superior.

**Marcela Caldeira de Souza Maia Guimarães**  
Chefe da PR/AJ/UAA

Aprovo o Parecer supra. À **PR/SLC** para os devidos fins.  
**Alessandro Luiz dos Reis**  
Chefe da PR/AJ